



ATA DA 5ª REUNIÃO
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria
Joinville
Hospital Nossa Senhora das Graças

LOCAL: Rua Esteves Júnior, nº 160, 8º andar – CEP. 88015-130 – Centro – Florianópolis/SC.
DATA: 13 de março de 2012.
HORÁRIO: 14h

PRESENTES

Membros da CAF

Ariane Simonini
Cristiane Regina Tavares Cardoso
Douglas Calheiros Machado
Maçazumi Furtado Niwa
Walter Vicente Gomes Filho

Membros Suplentes

Ademar Marcelo Soares
Canísio Isidoro Winkelmann
José Martins

Demais Presentes

Ana Luiza de Lima Curi Hallal
Irã Jamur
Educardo F. Pitsch
Alba Sonia dos Santos
Valmor Joao Machado
Jayme F. Cobra
Estela M. G. Curhi

Instituição/unidade representada

Secretaria de Planejamento

SDR – Joinville

Organização Social Hospital Nossa Senhora das Graças
Secretaria de Estado da Saúde

Instituição

Organização Social Hospital Nossa Senhora das Graças
Conselho Estadual de Saúde
Conselho Municipal de Saúde de Joinville

Instituição

Gerência de Coordenação das Organizações Sociais/SES
Gerência de Contabilidade/SES
Gerência de Contabilidade/SES
Gerência de Orçamento/SES
Conselho Municipal de Saúde de Joinville
Organização Social Hospital Nossa Senhora das Graças
Organização Social Hospital Nossa Senhora das Graças

A 5ª Reunião da CAF- COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO teve início às 14h.30min., com a presença dos membros acima descritos, sob a Coordenação do Presidente da Comissão, Sr. Walter Vicente Gomes Filho.

PAUTA

- 1 O presidente da Comissão saudou a todos e iniciou a reunião. Após a apresentação dos
- 2 presentes, fez leitura da pauta e na sequência, passou a palavra à Gerente de Coordenação
- 3 das Organizações Sociais, Dra. Ana Curi, que iniciou com a leitura da ata da 4ª reunião da
- 4 CAF, realizada em 7 de julho de 2011, ITEM I da pauta. Após as discussões, a ata da 4ª
- 5 reunião da CAF, de 7 de julho de 2011 foi aprovada pelos membros que estavam presentes
- 6 na reunião do dia 07/07/2011. Dra. Ana destacou que a responsabilidade legal de elaborar o
- 7 Relatório de Execução é da Comissão, mas que a Gerência auxilia neste processo sugerindo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

8 um modelo de relatório que pode ser adotado pela CAF ou não. Na sequência, iniciou sua
9 apresentação destacando a publicação da portaria 150/SES/SPG, de 15/02/2012, com a
10 nominata da composição da comissão. Relatou brevemente sobre a legislação pertinente às
11 Organizações Sociais, bem como aspectos conceituais acerca da CAF. Ressaltou a Lei
12 12.929/2004 e o decreto 4.272/2006, informando que os resultados alcançados pelas OS's
13 com a execução do Contrato de Gestão serão analisados, por CAF, responsável pelo
14 acompanhamento, no âmbito de cada órgão supervisor, que emitirá relatório conclusivo e
15 dará publicidade oficial e o encaminhará ao titular da respectiva pasta e para a ALESC, até
16 o último dia do mês subsequente ao encerramento de cada trimestre do exercício financeiro
17 (Lei 12.929/2004), sendo que a CAF emitirá relatório conclusivo e o encaminhará aos
18 titulares do órgão supervisor e da SPG, até o último dia do mês subsequente ao
19 encerramento de cada trimestre do exercício financeiro. (Decreto 4.272/2006). Segundo o
20 Decreto, até o último dia do mês subsequente a cada exercício financeiro, a CAF deverá
21 elaborar o Relatório de Avaliação Anual de Execução do CG, e encaminhá-lo aos titulares
22 do Órgão Supervisor e da SPG para apreciação e manifestação. A CAF tem, entre outras, as
23 seguintes competências: acompanhar o desempenho da OS frente ao cumprimento das
24 metas estabelecidas no CG, através de relatórios periódicos. A avaliação dos CG está
25 discriminada no documento denominado "Sistemática de Avaliação" e consta do anexo
26 específico do CG. Dra. Ana explicou ainda que a cada três meses a CAF deve reunir-se
27 para acompanhar o CG. Ressaltou que existe a previsão de impacto financeiro, podendo
28 haver um adicional no valor, em caso de produção extra, bem como haver uma penalidade
29 caso a produção esteja abaixo de 85% da meta estabelecida. Após a explanação e,
30 esclarecidos os questionamentos levantados acerca do estabelecimento de metas e impacto
31 financeiro, Dra. Ana passou para o ITEM II da pauta, análise do Relatório de Execução do
32 3º e 4º trimestres de 2011, destacando que a avaliação proposta no relatório abrange o 3º e
33 4º trimestres de 2011, tendo como foco os serviços contratados pelo Estado. Ressaltou
34 ainda que para avaliação da produção assistencial do Hospital Materno Infantil Dr. Jeser
35 Amarante Faria teve-se como referência os serviços prestados de Internação, Atendimento
36 a Urgências e Atendimento Ambulatorial. Sendo que a avaliação da qualidade da
37 assistência oferecida foi realizada por meio da análise dos indicadores de qualidade, os
38 quais medem à efetividade da gestão e o desempenho da unidade. Foi questionado acerca
39 da demanda atendida pelo Pronto Socorro do Hospital, em razão do déficit de pediatras no
40 Município de Joinville. Foi mencionada também a questão acerca da Resolução emitida
41 pelo Conselho Municipal de Saúde de Joinville sobre as Organizações Sociais no Estado.
42 Sr. Walter esclareceu que a ação que se manifesta acerca das Organizações Sociais está em
43 trâmite e que para a Secretaria de Estado da Saúde a questão é constitucional. Por fim, o
44 presidente colocou-se à disposição para aprofundar as discussões. Dando continuidade a
45 pauta, Dra. Ana concluiu a apresentação da parte assistencial e passou para a parte
46 referente aos indicadores de qualidade. Quanto às consultas, que apresentou uma queda no
47 quarto trimestre, Ademar informou que a diferença do 3º para o 4º trimestre (100
48 consultas), ocorreu em razão de férias escolares. Quanto aos indicadores de qualidade, a
49 Organização Social destacou que as AIH's não apresentadas são aquelas em que o
50 município ainda não enviou ao Hospital, mas que, mesmo desta forma, não se perdem.
51 Segundo Ademar, os dados referentes às AIH's rejeitadas se referem aos procedimentos
52 para os quais a Organização Social ainda não possui autorização do Ministério da Saúde
53 para realizar. Ao finalizar a apresentação dos dados qualitativos do Relatório, Dra. Ana
54 explicou que outro acompanhamento feito pela SES, no que se refere ao Contrato de



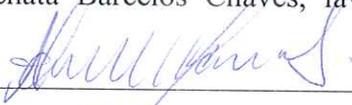
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

55 Gestão, é feito por meio da Prestação de Contas. Neste sentido, Dra Ana solicitou ao
56 Gerente de Contabilidade da SES, Sr. Ira Jamur, para apresentar os pareceres da Gerência
57 referente às prestações de contas da Organização Social, que destacou que o Parecer pode
58 aprovar a prestação de forma regular, regular com ressalva ou não aprovar. Houve
59 questionamento acerca do repasse e o Sr Walter explicou que a prestação de contas não é
60 feita por mês e sim por repasse, podendo ocorrer o repasse de mais de uma parcela em um
61 mesmo mês. O Sr. Irã informou que as Prestações de Contas da OS foram consideradas
62 Regulares. Dra. Ana explicou ainda que, paralelamente à Prestação de Contas, a Gerência
63 de Coordenação das Organizações Sociais faz um acompanhamento financeiro da OS,
64 apresentado no Relatório de Execução por meio do Relatório do Sistema de Avaliação e
65 Acompanhamento de Serviços de Saúde, no qual foi identificado, no final do mês de
66 dezembro, um saldo de R\$ 13.462.820,70 (treze milhões, quatrocentos e sessenta e dois
67 mil, oitocentos e vinte reais e setenta centavos), o qual deve ser utilizado pela OS conforme
68 decisão da Comissão. Após as discussões sobre as questões levantadas pelos presentes
69 acerca do funcionamento do Hospital, regularidade das reuniões da CAF, encaminhamento
70 prévio do Relatório de Execução e estudo comparativo entre hospitais administrados pelo
71 Estado, bem como por OS, e esclarecimentos necessários, Dra. Ana passou para o ITEM III
72 da pauta, Análise do Relatório de Execução Anual – 2011, destacando que o relatório
73 apresenta o resultados referentes aos mesmos serviços mencionados no Relatório de
74 Execução do 3º e 4º trimestres e que todas as informações que comprovaram o
75 cumprimento das metas está à disposição na Gerência de Coordenação das Organizações
76 Sociais para consulta. Quanto à produção assistencial do semestre, para a qual está prevista
77 a análise do impacto financeiro, Dra. Ana destacou que houve uma produção de 115% no
78 Atendimento de Urgências, em relação à meta estabelecida para o serviço, sendo que o
79 impacto financeiro será calculado conforme os critérios mencionados anteriormente e
80 trazidos na próxima reunião da CAF. Após a apresentação da parte assistencial Dra. Ana
81 apresentou os dados qualitativos de forma resumida. Quanto ao saldo identificado no
82 Relatório de Execução por meio do Relatório do Sistema de Avaliação e Acompanhamento
83 de Serviços de Saúde, de R\$ 13.462.820,70 (treze milhões, quatrocentos e sessenta e dois
84 mil, oitocentos e vinte reais e setenta centavos), o presidente explicou que, conforme
85 destaca a legislação o recurso destinado para custeio não pode ser utilizado em
86 investimento. Neste sentido, sugere que o recurso seja utilizado no custeio em forma de
87 parcela mensal em 2012. E assim que o saldo findar será retomado o pagamento
88 estabelecido no Termo Aditivo (T.A.) vigente, sendo que, caso sejam necessários
89 investimentos, estes serão realizados também por meio de T.A. específico. Dra. Ana
90 esclareceu que a CAF precisa definir de que forma a OS deverá utilizar o saldo e colocou
91 em votação a sugestão do presidente. Após as discussões e esclarecimentos, a CAF definiu
92 que o recurso deve ser utilizado como custeio mensal, conforme sugestão do presidente da
93 Comissão. De forma conclusiva, a CAF considerou como cumpridas as metas apresentadas
94 nos Relatórios de Execução do 3º e 4º trimestres e Anual, aprovando, desta forma, os
95 Relatórios analisados. Na sequência, Dra. Ana passou para o ITEM IV da pauta,
96 Regulamentos, ressaltando que os mesmos foram encaminhados para as áreas técnicas da
97 SES para que emitissem parecer e assim dessem mais subsídio para CAF. Irã destacou que
98 a Gerência de Contabilidade considerou adequado o regulamento de compras, identificando
99 no regulamento de pessoal a ausência de informações relativas ao Plano de Cargos e
100 Salários. Ademar informou que a OS já está providenciando as alterações sugeridas. Tendo
101 em vista a sugestão da Contabilidade, a CAF entendeu que será mais adequado analisar o

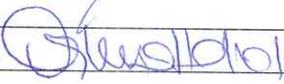


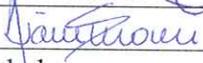
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

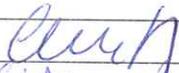
102 Regulamento de Contratação de Pessoal, já com as alterações, na próxima de CAF,
103 aprovando o Regulamento de Compras. Quanto ao ITEM V, Informações Financeiras para
104 Gerência de Coordenação das Organizações Sociais, Dra. Ana explicou que esse é um
105 processo adicional à Prestação de Contas analisada pela Gerência de Contabilidade, sendo
106 que, além da Prestação de Contas a Organização Social deverá encaminhar as informações
107 financeiras através da planilha disponibilizada pela Gerência por meio eletrônico, bem
108 como de maneira formal impressa e assinada. Após as discussões e sanadas as dúvidas, o
109 presidente da Comissão agradeceu a presença de todos encerrou a reunião. Nada mais
110 havendo a tratar, eu, Renata Barcelos Chaves, lavrei a presente Ata, assinada pelos
111 presentes.

112 Ademar Marcelo Soares 

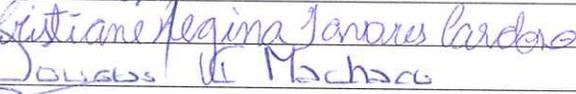
113 Alba Sonia dos Santos

114 Ana Luiza de Lima Curi Hallal 

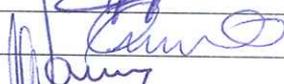
115 Ariane Simonini 

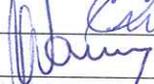
116 Canísio Isidoro Winkelmann 

117 Cristiane Regina Tavares Cardoso 

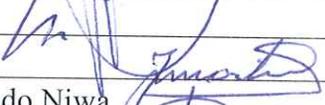
118 Douglas Calheiros Machado 

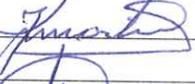
119 Eduardo F. Pitsch 

120 Estela M. G. Curi 

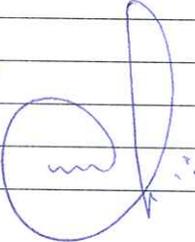
121 Irã Jamur Pedrozanin 

122 Jayme F. Cobra 

123 José Martins 

124 Maçazumi Furtado Niwa 

125 Valmor Joao Machado 

126 Walter Vicente Gomes Filho 

127 **Florianópolis, 13 de março de 2012.**